

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Corveice Beazilienne

Class.: 122

Data: 01/06/88

Pg.: \_\_\_\_\_

## Sai, enfim, acordo para os índios

Constituição não distinguirá os aculturados dos não aculturados

Depois de várias rodadas de negociação, que começaram no meio da semana passada, a Constituinte conseguiu, ontem à noite, chegar a um acordo para o Capítulo do Índio no projeto constitucional. Emenda assinada por doze parlamentares asseguram aos índios os "direitos originários sobre as terras que ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Este é o texto do artigo 268, que prevê também, o reconhecimento da organização social, usos, costumes, crenças e línguas dos povos indígenas.

O dispositivo que causou maior polêmica entre os índios, por prever uma diferenciação entre aculturados e não aculturados, saiu do texto. Ficou estabeleci-

do que a remoção dos grupos somente se dará ad referendum do Congresso e em casos de soberania nacional, epidemias ou catástrofe da natureza. A partir da promulgação da nova Carta, os índios, suas comunidades e organizações, serão partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus interesses e direitos, devendo o Ministério Público intervir em todos os atos do processo.

Os índios participarão, juntamente com o Congresso, das decisões sobre exploração das riquezas minerais e recursos hídricos de suas terras, e nos lucros obtidos dessas empreitadas. Eles terão, ainda, a posse permanente de suas terras, "cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, fluviais e lacustres nelas existentes".

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios serão inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas imprescritíveis.

Por "terras tradicionalmente ocupadas", o projeto entende serem "as habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, incluídas aquelas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar, e as áreas necessárias à sua reprodução física e cultural".

Emenda do senador Jarbas Passarinho incorporou ao texto a nulidade de atos que tenham por objetivo a ocupação, domínio e posse das terras indígenas, ressaltando, entretanto, os casos de "relevante interesse público da União".

GIVALDO BARBOSA



Na reunião de líderes brancos, Juruna (de pé, ao centro) esteve vigilante

## Desânimo tomou conta da sessão

Ainda não foi desta vez. Por falta de um acordo sobre o capítulo referente ao índio, a Constituinte encerrou, ontem, mais uma sessão sem apreciar a matéria. A verificação de quorum foi pedida no mínimo três vezes, a partir das 16 horas, quando o deputado Marcelo Cordeiro, presidindo os trabalhos da Mesa prometeu fazê-lo em, no máximo, quinze minutos, "quando termos na mão o texto do acordo". As 18h10, o deputado Mário Maia (PDT-AC), que havia assumido a presidência, fez a mesma promessa. Ele quis suspender a sessão até cinco minutos antes do horário regimental, para, ent-ao, fazer a contagem dos presentes.

A suspensão já havia acontecido antes às 17h, parando a sessão por 15 minutos, depois que o deputado

José Genoíno (PT-SP) dirigiu-se à Mesa indagando sobre o que aconteceria se o plenário resolvesse fazer greve de silêncio e exigindo a confirmação do quorum para continuidade dos discursos. Cordeiro pediu um pouco mais de paciência aos presentes e assegurou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Em seguida, falou o deputado Joaquim Beviláqua (PTB-SP), que fez um breve discurso em favor das emendas quatroanistas.

Enquanto isso, Genoíno, em tom de brincadeira, tentava persuadir a bancada da esquerda a não falar. O deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR) aderiu. O plenário ouviu, ainda, o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), que levou um recado do cacique Raoni aos constituintes — naquela altura os índios já esta-

vam cansados e diziam querer voltar para casa antes que terminasse a época do plantio. O deputado José Maria Eymael (PDC-SP) defendeu eleições municipais e presidenciais este ano.

Na segunda parte o clima foi o mesmo. Genoíno tornou a pedir verificação de quorum antes do término da sessão — "não vamos procrastinar o trabalho por causa da votação do mandato", disse, ao pedir nova convocação para hoje.

O deputado Messias Góis (PFL-SE) pediu o fim da sessão, advertindo: "O que se configura aqui é uma tentativa de fazer raivinha ao Presidente, por parte daqueles que não querem apreciar as disposições transitórias".

O quorum não foi computado e nova sessão acontecerá hoje, às 14h15.



## VENCEU A FORÇA DOS PAJÉS

Há uma semana os índios aguardam que a Constituinte decida o seu futuro. Mesmo assim, alguns representantes da raça que passam o dia no Congresso Nacional não se deixam vencer pelo cansaço e ocupam todos os espaços possíveis. Ontem foi dia de pajelança, concentrada no auditório da liderança do PMDB (foto), mas também estendida a um sítio nas proximidades de Brasília. No PMDB, quem comandou o ritual foi o pajé Prepori, da tribo Kaiabi, do Médio Xingu, que espera influenciar, mobilizando os espíritos protetores, o presidente José Sarney a atender às reivindicações dos índios. Na chácara tora da cidade,

o pajé Sapalm, do Alto Xingu, também concentrava os seus esforços para conseguir um bom resultado na Constituinte. Na liderança do PMDB, os índios podiam ouvir, pelos alto-falantes, os discursos pronunciados no pinga-fogo da Constituinte. A concentração deles só foi interrompida por volta das 15 horas, para que um índio norte-americano, da tribo Potowatomi, de Oklahoma, pudesse declarar sua solidariedade aos irmãos brasileiros. Robert Coulter veio ao Brasil participar de um encontro sobre direito internacional, solidarizando-se com seus irmãos brasileiros.